

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL – CREDN

REQUERIMENTO N.º _____, de 2011 (Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer a indicação de Membros da *Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)* para participar da 17ª Conferência da Partes (COP-17), em Durban, África do Sul.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso XV do art. 41, conjugado com o art. 38, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o Plenário, que a *Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN*, se faça representar por alguns de seus membros, para participar da **17ª Conferência da Partes (COP-17)** - Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU agendada para os dias 28 de novembro a 09 de dezembro de 2011, em Durban, África do Sul.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2010, o México serviu de palco para a Reunião do Clima, conhecida como COP 16, porém, ficou longe de seu objetivo maior, de estabelecer um pacto mundial a respeito do clima a partir de 2012. Agora o compromisso de 194 países na contenção dos gases do efeito estufa, em especial o dióxido de carbono (CO2) proveniente de combustíveis fósseis, como o carvão e o petróleo, é a missão que se renova para a COP 17, que acontecerá na cidade de Durban (África do Sul), nos dias 28 de novembro e se estendem até o dia 9 de dezembro.

Nesse sentido, é fundamental a mobilização das pessoas no mundo todo para que esse evento tenha o impacto esperado. Por isso, que, quanto maior for o interesse da sociedade na questão, mais os líderes mundiais dedicarão maior tempo ao tema. No entanto, esse movimento precisa ser iniciado agora, não nas vésperas da COP 17, visto que as negociações já estão em curso.

De acordo com o engenheiro florestal da Fundação O Boticário e coordenador do Observatório do Clima, André Ferretti, é de extrema urgência a necessidade de um acordo global de clima robusto que garanta um futuro mais seguro ao Planeta. Entretanto, a presença dos líderes mundiais na COP não é uma garantia de sucesso, como aconteceu na COP 15. Embora reconheça que se trata de um fator político importante, pode até atrapalhar as negociações na medida em que diplomatas e técnicos experientes acabam perdendo espaço para lideranças que em grande parte não conhecem profundamente o tema e os textos em negociação.

Para esse especialista mesmo que na COP de Durban não se chegue a um novo acordo de clima, uma série de questões técnicas serão enfrentadas e há possibilidade de avanços em vários temas como, o fundo para adaptação e mitigação para os países em desenvolvimento (Fundo Verde), e o aperfeiçoamento do mecanismo de REDD (redução de emissões por desmatamento e degradação) aprovado na COP 16.

A cada ano que passa, aumenta a certeza de que estamos vivendo um período de aquecimento global e, mais do que isso, que o ser humano é o principal responsável por isso.

Alguns cientistas – a minoria deles – concordam que o planeta está esquentando, mas não que isso esteja sendo provocado por ações antrópicas. Eles defendem a tese de que isso se deve a questões naturais como o aumento da atividade solar e redução do albedo planetário, este último devido à redução da atividade vulcânica.

Alguns poucos cientistas, inclusive, defendem que estamos num período de resfriamento global! Na ciência a unanimidade é quase impossível, e o debate entre os cientistas é um importante indutor de desenvolvimento científico. O que tem sido visto nas últimas duas décadas é um crescente debate científico sobre o tema, principalmente depois da criação do IPCC (sigla em inglês do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas).

Ao passo que as lideranças globais não conseguem entrar em acordo para reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa para que a sociedade não seja afetada por essas previsões, a cada dia sentimos mais os efeitos dessas mudanças. Muito pouco tem sido feito na questão de adaptação às mudanças, gerando grandes impactos sociais, econômicos e ambientais.

Uma mostra disso são as intensas chuvas que atingiram o Brasil nos últimos anos, afetando principalmente os estados do sul, sudeste e nordeste. Não se

pode afirmar que foram causados pelas mudanças climáticas, porém as modelagens climáticas indicam que eventos climáticos extremos como esses, serão cada vez mais freqüentes.

As mudanças climáticas afetam todo o globo, mas quando o IPCC alerta que as populações pobres são as mais vulneráveis está se referindo ao fato de que geralmente essas populações dependem mais dos recursos naturais para sobreviver (extrativismo animal e vegetal, agricultura de subsistência, etc.) – recursos esses que podem ser severamente afetados por eventos climáticos extremos como secas, enchentes e furacões; muitas vezes habitam regiões mais vulneráveis às grandes intempéries (regiões áridas ou semi-áridas, encostas íngremes, margens de rios, lagos, mares e mangues, etc.); vivem em moradias mais frágeis e mais sujeitas a danos severos causados por eventos climáticos extremos (casas de palha ou pau-a-pique, por exemplo); e tem menos recursos financeiros para mudar, reconstruir ou reformar suas habitações ou fonte de renda.

Os países desenvolvidos também sofrem as conseqüências das mudanças climáticas, mas por outro lado dispõem de melhores condições para prevenir, mitigar ou adaptar-se aos impactos das mudanças climáticas. Isso não os isenta de mapear suas regiões e populações mais vulneráveis e implementar planos de ação para adaptação. Países inteiros como a Holanda, ou cidades importantes como Veneza, por exemplo, são muito vulneráveis à elevação do nível do mar. Uma elevação de poucos centímetros pode causar sérios danos a essas regiões e suas populações.

Todos precisam investir em adaptação, ricos ou pobres, de áreas mais ou menos vulneráveis. Metrôpoles como São Paulo, que sofrem pela ocupação mal planejada do seu território e excesso de impermeabilização do solo, são cada vez mais vulneráveis a grandes enchentes, assim como pequenas cidades das regiões serranas do sudeste, sujeitas a grandes trombas d'água e deslizamentos de terra devido ao relevo acentuado, e regiões do sertão nordestino ou da Amazônia ainda pouco povoadas com a maior parte do território coberto por vegetação natural que da mesma forma são vulneráveis a grandes enchentes ou secas.

O mundo precisa com a máxima urgência reduzir as emissões de gases de efeito estufa para diminuir os riscos futuros previstos pelos cientistas, bem como ampliar a cooperação internacional para previsão e alerta de eventos climáticos extremos e adaptação às mudanças já em curso.

O Fundo Verde, aprovado na COP 16 pode ser um começo, mas ainda é muito pouco e perto do que é necessário. Ainda mais urgente é a necessidade de um acordo global de clima robusto para que possamos ter um futuro mais seguro.

O maior de todos os desafios continua sendo o de firmar um acordo global de clima vinculante, ou seja, com compromissos formais de redução de emissões para os países membros da Convenção do Clima, para vigorar após 31/12/2012, quando termina o primeiro período de compromisso do Protocolo de

Quioto. Discute-se desde a ampliação de Quioto por mais alguns anos, quanto a elaboração de um acordo totalmente novo.

Independente disso, outra grande questão a ser equacionada é a participação, no novo acordo, de todos os 194 países membros da Convenção. As realidades desses países são muito distintas, mas é fundamental que todos façam parte do acordo, independentemente das suas responsabilidades históricas perante o problema.

A COP 17, a ser realizada em Durban, na África do Sul, no final de novembro e início dezembro de 2011. É importante destacar que a COP é o evento final de um ano marcado por várias reuniões de negociação dos países membros da Convenção do Clima da ONU, e que o seu sucesso ou fracasso depende muito desses passos intermediários.

Mesmo que a COP de Durban não se chegue a um novo acordo de clima, uma série de questões técnicas, ainda, deverá ser definida no que se refere a questões importantes como o fundo para adaptação e mitigação para os países em desenvolvimento (Fundo Verde), que emergencialmente disponibilizará US\$ 30 bilhões até 2012 e tem a intenção de captar até US\$ 100 bilhões até 2020; o mecanismo de REDD (redução de emissões por desmatamento e degradação), aprovado na COP16 com pré-requisitos, chamados de salvaguardas, que visam a garantir que os projetos de REDD elegíveis no âmbito das Nações Unidas respeitem os direitos de povos indígenas e comunidades locais, e a biodiversidade.

O mais importante é que os líderes mundiais estejam sim envolvidos profundamente com esse importante desafio o tempo todo, incentivando e cobrando avanços e resultados de seus diplomatas e técnicos não apenas na COP, mas durante todas as reuniões que a antecede.

Portanto, a aprovação deste requerimento é de fundamental importância, para que o Parlamento brasileiro possa acompanhar todas as discussões e acordos estabelecidos na COP-17, e, nesse sentido, peço o apoio de todos os nobres Membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.

Antonio Carlos Mendes Thame
Deputado Federal
PSDB/SP